

PODER

O inquérito e a mão pesada

Para especialistas, Moraes extrapolou ao pôr na investigação das fake news supostos vazamentos de dados de integrantes do STF

» LUANA PATRIOLINO

As novas determinações do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no “Inquérito das Fake News”, dividiram os juristas. A decisão de divulgar o nome de quatro servidores públicos — que teriam acessado injustificadamente, na Receita Federal (RFB), dados de autoridades — e as medidas de segurança aplicadas aos suspeitos, foram consideradas exageradas e precipitadas. Na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Correio**, o magistrado pode ter extrapolado suas atribuições como relator da ação penal, gerando descrédito em relação aos desdobramentos da investigação.

A PF investiga quatro servidores da Receita Federal que teriam vazado informações dos ministros do STF e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. De acordo com a Corte, a investigação é um desdobramento do inquérito das fake news. Foram alvos da operação da PF Luiz Antônio Martins Nunes, Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos e Ricardo Mansano de Moraes.

Também foi criticado o fato de que Moraes não esperou o resultado da sindicância aberta na RFB. Em janeiro, o fisco informou ao ministro que havia identificado os acessos indevidos e relatou que estava conduzindo a investigação para entender a razão dos servidores e se a ação teria caráter doloso.

Ter acesso às informações faz parte da rotina dos auditores fiscais e analistas tributários. Mas a divulgação desses dados — os sigilos fiscais — é crime e implica na perda do emprego e até em prisão. Servidores da Receita avaliam que Moraes não aguardou a sindicância do órgão e mandou a Polícia Federal fazer uma operação de busca e apreensão, além de determinar o uso da tornozeleira eletrônica aos quatro servidores, apreender passaporte e afastar do trabalho.

O Inquérito 4.781, o “Inquérito das Fake News”, foi instaurado em 2019 pelo então presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli. O objetivo era apurar ameaças, notícias

Pillar Pedreira/Agência Senado



“Inquérito das Fake News” serviu, em 2019 e agora, para acolher acusação de vazamento por auditores da Receita de sigilos de ministros do STF

fraudulentas, denúncias caluniosas, infrações contra a honra e outros ilícitos cometidos contra integrantes do STF e seus parentes, especialmente no ambiente digital.

Com o tempo, seu escopo foi ampliado para abranger ataques coordenados às instituições democráticas, incluindo financiamento de campanhas digitais e articulações antidemocráticas. A justificativa para incluir os vazamentos no inquérito é a conexão temática, pois essa divulgação poderia ser interpretada como parte de uma estratégia de intimidação institucional ou de ataque coordenado ao Judiciário — o que se encaixaria no objeto já investigado.

O pesquisador da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) Rafael Viegas, doutor em administração pública e governo, relembra que, em 2019, o vazamento de dados do ministro

Gilmar Mendes e de sua ex-mulher, Guiomar Mendes, reforçou internamente a leitura de que ataques dessa natureza não são apenas crimes comuns. Podem, conforme observa, configurar tentativa de constrangimento institucional.

“A lógica adotada é a de proteção institucional da Corte. O ponto controverso é se todo vazamento deve, automaticamente, ser absorvido por esse inquérito ou se deveria tramitar como investigação autônoma na primeira instância, como ocorreria em relação a qualquer outro cidadão”, explica.

Afastamentos

Em 2019, o relator do inquérito, Alexandre de Moraes, afastou outros dois auditores fiscais da RFB suspeitos dos vazamentos das informações sobre Gilmar e a ex-mulher. À época, os servidores

afirmaram que o acesso se deu porque os nomes das autoridades estavam na malha pesquisada. Depois, foram reincorporados aos quadros da Receita. Seus nomes, porém, não foram divulgados.

Para Viegas, desta vez, Moraes pode ter extrapolado suas funções como relator ao determinar as novas ações. “Do ponto de vista político-institucional, mesmo na hipótese juridicamente defensável, sob o argumento da autodefesa democrática, a manutenção de um inquérito instaurado de ofício, amplo e de duração indeterminada, alimenta a percepção de que o STF está extrapolando suas atribuições. Isso, inevitavelmente, fortalece discursos críticos, inclusive, de setores que acusam a Corte de ativismo e de excessos”, aponta.

O professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio de Sá e Silva explica

que a decisão de Moraes é legalmente respaldada, mas pode atrair palhaço diante do momento desfavorável que o Judiciário atravessa ante a opinião pública. “O inquérito foi iniciado como uma tática de autodefesa do STF num momento em que o tribunal era atacado na internet. A base do inquérito, um artigo do Regimento Interno do tribunal, é controversa, mas não é ilegal”, diz.

Ele acrescenta: “Mas inquéritos são ferramentas precárias, elas não seguem o tribunal. A proteção contra ataques precisa ser construída de outras formas. Para complicar mais, hoje, o STF também recebe críticas que são legítimas. Não se comparam aos ataques maliciosos do governo de Jair Bolsonaro, mas precisariam ser acolhidas. Isso tudo racha a coalizão que dava apoio ao inquérito e torna o uso dessa ferramenta potencialmente menos eficaz — e até mais arriscado”, alerta.

Presidente da Unafisco depõe à PF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou intimar o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, para que preste esclarecimentos sobre as declarações dadas à imprensa, na quarta-feira, no caso do suposto vazamento de dados de integrantes da Corte. Em entrevista ao **Correio**, Cabral afirmou que as medidas tomadas pelo Judiciário contra as quatro pessoas suspeitas de divulgar dados sigilosos dos magistrados e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, foram desproporcionais e serviram para criar um “enredo de vítima” a favor da Corte.

O presidente da Unafisco foi intimado a depor hoje, às 15h, por videoconferência. Na terça-feira, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia contra os servidores da Receita Federal. A investigação é um desdobramento do inquérito das fake

news e foram alvos Luiz Antônio Martins Nunes (funcionário do Serpro cedido ao Fisco), Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos (técnicos do Seguro Social também lotados na Receita) e o auditor fiscal Ricardo Mansano de Moraes.

Ao **Correio**, Cabral acusou o STF de usar a operação contra os servidores da Receita como cortina de fumaça para mascarar a crise interna da Corte. “Teve uma desproporcionalidade muito gritante entre os fatos e as medidas cautelares gravosas que foram colocadas. Às vezes, se tem uma situação em que, no curso do processo, o réu tenta dar sinais de que vai escapar, de que vai fugir — e aí o Judiciário vai lá e bota a tornozeleira eletrônica na pessoa. Mas, nesse caso, as medidas foram tomadas antes do processo. Isso é muito fora do razoável”, afirmou.

Moraes também determinou que os suspeitos fiquem proibidos de acessar o trabalho, mesmo que de forma remota, e ordenou

que eles entregassem passaporte, além de terem de usar tornozeleira eletrônica. Os sigilos bancários e telemáticos dos quatro também foram quebrados.

Cabral acusou o Supremo de usar a situação para se colocar como “vítima” e ganhar apoio público devido à crise institucional que atravessa. “Temos que tentar interpretar os sinais. Nos parece que houve um planejamento para que essa situação viesse a ocorrer, esse enredo de vítima ao STF. Não tem razão para esse movimento todo. Afinal, qual foi o dado que o ministro Alexandre está achando que vazou da Receita? Falaram do contrato de R\$ 129 milhões [da mulher do magistrado, Viviane Barci de Moraes], que, sabidamente, não saiu da Receita, porque o órgão não tem esse documento”, garantiu.

A outros veículos, Cabral disse que era mais fácil a Receita investigar a facção criminosa Primeiro Comando da Capital do que autoridades da

República, pois os servidores tinham medo de retaliação.

Afastamento

Também ontem, a RFB afastou o auditor fiscal Ricardo Mansano de Moraes do cargo de chefia devido à investigação da PF. A exoneração como chefe da equipe de gestão do crédito tributário e do direito creditório da Receita Federal em Presidente Prudente (SP) foi publicada no *Diário Oficial da União* (DOU).

Ricardo Mansano já havia prestado depoimento à Corregedoria da Receita e afirmou que acessou dados de Maria Carolina Feitosa, ex-enteadada do ministro Gilmar Mendes, por “burrice”. Ele mesmo classificou o ato de “ideia cretina” e disse que queria saber se trava-se da ex-esposa de um colega. Segundo o auditor fiscal, os dados acessados seriam de 2008.

Em nota divulgada ontem, a defesa de Mansano negou que ele tenha envolvimento com

Waldemir Barreto/Agência Senado



Cabral disse que operação contra servidores era para encobrir crise do STF

irregularidades. “A defesa reafirma a idoneidade do servidor, profissional de reputação ilibada, que ao longo de anos de atuação junto à Receita Federal do Brasil, jamais respondeu a qualquer falta funcional”, afirmaram as advogadas

Marianna Chiabrando e Camilla Chiabrando.

Na manifestação, elas também afirmaram que não tiveram acesso à investigação e que, por isso, não poderiam comentar os detalhes do caso. **(LP com Agência Estado)**

Servidora: acesso simultâneo com mesma senha

Em depoimento à Polícia Federal (PF), a servidora pública Ruth Machado dos Santos negou ter acessado dados sigilosos e disse que atendia uma pessoa, presencialmente, na agência da Receita Federal (RFB) em que trabalha, no Guarujá (SP), no momento em que foi detectada a entrada dela nas informações cadastrais da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher

do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A funcionária é alvo de uma investigação sobre o suposto vazamento ilegal.

A Receita identificou que Ruth, supostamente, acessou informações de Viviane, como CPF, nome da mãe e data de nascimento, além de informações eleitorais da advogada, em 21 de agosto do ano passado. Na oitiva, a servidora relatou

que já havia sido chamada pela própria RFB para se explicar sobre o acesso irregular.

Ela negou aos investigadores da PF ter feito o acesso e assegurou que não passou a senha do acesso aos sistemas a outra pessoa — o que poderia justificar o acesso simultâneo. O depoimento durou cerca de 40 minutos. Ruth é técnica de seguro social lotada na Receita.

Sistema seguro

Ao **Correio**, o vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Mauro Silva, destacou que é preciso verificar o endereço de IP em que os dados da mulher do ministro Alexandre de Moraes foram supostamente acessados. Conforme explicou, a Receita Federal possui um rigoroso esquema de segurança e não

é permitido o acesso simultâneo.

“O órgão (RFB) e a Polícia Federal têm muitos meios para descobrir se essa declaração é verdadeira”, observou.

Por meio de nota, a defesa de Ruth negou qualquer possibilidade de tanto de acesso ilegal quanto de vazamento. Informou ainda que ela não tem vínculo com qualquer partido político e que “não incorreu para a infração penal”.

“Trata-se de profissional com quase 32 anos de serviço público, cuja trajetória profissional é marcada pela correção, discricionariedade e absoluto respeito às normas que regem a Administração Pública, com estrita observância aos deveres legais, especialmente aqueles relacionados ao sigilo funcional, à proteção de dados e à responsabilidade inerente ao cargo”, diz a nota assinada pelo advogado Diego Scarpa. **(LP)**